

## 1. PERFIL DO CURSO

O Curso de Direito da UNIJORGE tem por finalidade contribuir para a construção de uma sociedade solidária e democrática, dentro dos princípios do Estado Democrático de Direito e da liberdade, promovendo a formação integral, humanista e técnico-profissional dos membros da comunidade acadêmica.

O objetivo geral do Curso é o de proporcionar a melhor experiência de formação profissional baseada na compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico, das transformações sociais e capaz de atender às demandas da comunidade na qual o curso está inserido, o que se efetiva por meio das disciplinas da matriz, das atividades de pesquisa e extensão, além da prática jurídica.

Atento às demandas contemporâneas e na melhor conformidade com a legislação educacional do País, o Curso de Direito da UNIJORGE, reformulou, no ano de 2009, a sua matriz curricular, inclusive, tornando-se pioneira entre as instituições privadas de ensino superior do Estado da Bahia na oferta de disciplinas eletivas. O empreendedorismo aqui aplicado permite ao aluno acrescentar à sua formação acadêmica, componentes curriculares tanto de natureza fundamental, quanto de natureza profissionalizante, de acordo com o perfil profissional que deseje construir, além de permitir a atualização continuada dos componentes curriculares do curso.

Em caráter complementar a essas modificações, foram redimensionadas as cargas horárias das disciplinas de forma a lhes proporcionar maior solidez, marcada, sobretudo, pela concentração da carga horária em 44 disciplinas de 80 horas. Cumpre ressaltar que essa foi uma marca presente na consolidação do curso como um todo, uma vez que diante da exigência do MEC de 3.700 horas de carga horária mínima para o curso, a UNIJORGE apresenta uma matriz curricular de 4.650 horas, com distribuição adequada entre disciplinas fundamentais, profissionalizantes e práticas. Esse redimensionamento, conduziu a uma revisitação dos programas de Atividades Complementares e Pesquisa Jurídica, bem como a uma adequação das dinâmicas realizadas no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica da UNIJORGE (NPJ).

## 2. PERFIL DO EGRESSO

Nesse contexto, o Curso de Direito da UNIJORGE foi pensado em vista da integração entre as dimensões de ensino, extensão e pesquisa. Os objetivos propostos foram três.

Primeiro, consolidar um currículo no qual contemplasse as disciplinas fundamentais, profissionalizantes e práticas de modo a formar um profissional cidadão. Segundo, reunir profissionais da área do Direito e áreas correlatas de modo a propiciar um debate plural e profícuo sobre Direito, enfatizando suas conexões políticas, culturais e sociais. Terceiro, manter a reflexão crítica já empreendida desde a criação do curso, mas com abertura para incluir os novos direitos e as novas linguagens jurídicas, cujos problemas, conceitos e fundamentos parecem ter vinculação estreita com o mundo contemporâneo.

O Projeto reflete o respeito a história e trabalhos desenvolvidos anteriormente, assim como a própria experiência renovada a partir do diálogo permanente entre seus membros, assim, aberto a novas referências e pluralismos teóricos, mas seguro pela escolha de caminhos que contribuam para uma formação capaz de consolidar um perfil de juristas ao seu corpo discente, para fazer do Direito expressão de realização criativa e edificante da pessoa humana.

Pretende-se, portanto, que o egresso da UNIJORGE não tenha apenas as respostas ou resultados das situações apresentadas em sala de aula, mas, sobretudo, que saiba lidar com cenários diversos e tenha criatividade para construir procedimentos e participar dos processos decisórios.

## 3. METODOLOGIA DO ENSINO

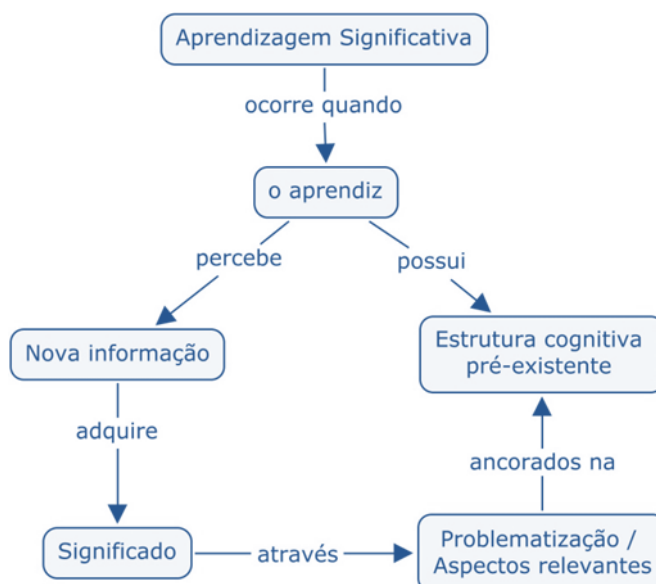
A abordagem pedagógica da UNIJORGE reconhece a necessidade de promoção contínua e progressiva da autonomia do estudante, e elege, portanto, a abordagem humanística, o sociocognitivismo e o **trabalho colaborativo** para a construção do conhecimento como pressupostos educativos que subsidiam e definem o processo de ensinagem.

A UNIJORGE associou à experiência técnico-pedagógica de seus fundadores com a continuidade de seus atuais líderes educacionais, e optou como princípio epistemológico de suas diretrizes pedagógicas institucionais pela conciliação de princípios filosóficos, teóricos e metodológicos contemporâneos pautados, principalmente, na **Teoria da Aprendizagem Significativa**, que tem seu foco na problematização do processo de ensino-aprendizagem e que considera a experiência

de vida de cada estudante como ponto de partida para a aprendizagem (AUSUBEL, 2000<sup>1</sup>; MOREIRA, 2006<sup>2</sup>; PELIZZARI et. al., 2002<sup>3</sup>).

Assim, a aprendizagem é pautada nos princípios do cognitivismo de Ausubel (1980<sup>4</sup>, p. 5) que privilegia a aprendizagem significativa assimilada pela recepção e/ou descoberta.

Representação visual do processo de aprendizagem:



Mapa conceitual síntese do processo de aprendizagem significativa.

Fonte: elaboração própria, 2011.

A ideia do problema como mobilizador da necessidade da aprendizagem está pautada na premissa de que, na **metodologia da problematização**, o estudante se vê frente a um desafio, a um problema relacionado à vida em sociedade, que se converte em problema de conhecimento.

<sup>1</sup> AUSUBEL, D. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Paralelo, 2000.

<sup>2</sup> MOREIRA, M. A. *A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação na sala de aula*. Brasília: EdUNB, 2006.

<sup>3</sup> PELIZZARI, A. et. al. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002.

<sup>4</sup> AUSUBEL, D. *Psicologia educacional*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

Cria-se a necessidade de construir, investigar, mobilizando o desejo do Outro para a aprendizagem. A existência de um problema socialmente relevante mobiliza cognitivamente o sujeito para a construção de soluções.

A existência do desafio coloca o estudante no lugar de sujeito, já que a solução de problemas possibilita a participação ativa, desfocando a função de transmissão mecânica e atribuindo um papel dialógico aos atores do processo. É imperiosa a necessidade de haver uma associação entre teoria e prática que consiga impor novos desafios para o conhecimento significativo. A abordagem da **problematização** foi eleita numa tentativa de superar a aprendizagem mecânica e exigir, dos estudantes, aprendizados com significados mais complexos das relações que constituem a situação problemática (MORETTO, 2009<sup>5</sup>). Afinal, a cada dia a sociedade exige mais qualificação técnica para aumentar as possibilidades de empregabilidade, associada à consciência da necessidade de fortalecimento da cidadania e seus reflexos para o desenvolvimento social. Assim, na medida em que o estudante consegue transformar-se em construtor de significados no seu processo educativo, mediado por docentes que favoreçam esse espaço e que considerem as experiências de vida do estudante, ele insere-se num universo simbólico de acomodação do conhecimento (PIAGET, 2002<sup>6</sup>).

#### 4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os projetos acadêmicos do programa de atividades complementares abrangem como atividades de ensino as monitorias acadêmicas, como atividades de extensão os cursos e eventos, a participação em defesas de trabalho de curso, o fomento à realização dos estágios não-obrigatórios e dos trabalhos voluntários, e, por fim, no âmbito da pesquisa realiza a iniciação científica e as comunicações científicas. Destaca-se que esse rol de atividades não se restringe ao desenvolvimento de habilidades e competências de forma estanque, tanto assim que projetos institucionais como a *Mostra de Projetos e Interculte*, e projetos do próprio curso como *Diálogos Sociojurídicos*, *Posse e Propriedade de Terra no Brasil*, *Semana de Prática Jurídica* e *Semana Jurídica* são exemplos da integração das dimensões de ensino, extensão e pesquisa. Isso ocorre na medida em que as discussões de sala de aula e as dinâmicas dos projetos se implicam

---

<sup>5</sup> MORETTO, V. P. *Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>6</sup> PIAGET, J. *A construção do real na criança*. São Paulo: Ática, 2002.

mutuamente, inclusive incorporando essas atividades ao sistema de avaliação nas disciplinas envolvidas.

## 5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A UNIJORGE entende que a Avaliação Institucional é um importante instrumento de gestão, pois possibilita o acompanhamento e análise do desempenho acadêmico e administrativo da Instituição, com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino e dos processos de gestão. Tal procedimento interessa a toda comunidade – corpo docente, discente, colaboradores, gestores e a própria sociedade – e, portanto, deve ser encarada como uma atividade prioritária e envolver todos os interessados de forma consequente e relevante.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) define o processo avaliativo das instituições de ensino como um “instrumento de política educacional” e estabelece que esse processo deve ser realizado de maneira autônoma e integrada, com a participação ativa da comunidade acadêmica, por meio de suas instâncias representativas.

Segundo as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior<sup>7</sup>, a autoavaliação tem como objeto de análise o conjunto das várias dimensões da Instituição de Ensino Superior, centradas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita concordância com o perfil e missão da instituição.

No bojo dessa avaliação, acham-se referidos “a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional”<sup>8</sup>. Os sujeitos da avaliação são representados pelo “[...] conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativo e membros da comunidade externa, especialmente convidados ou designados.”<sup>9</sup>

Parte essencial do planejamento das atividades do Centro Universitário é representada pela

---

<sup>7</sup> CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Ensino Superior. Brasília: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / Ministério da Educação (MEC), 2004, p. 20.

<sup>8</sup> Ibid., p. 20.

<sup>9</sup> Ibid., p. 20

continuidade e aprofundamento do processo de autoavaliação, entendido como a base e o ponto de partida para uma reflexão permanente sobre as mudanças necessárias na Instituição e, principalmente, na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Algumas ações do processo avaliativo interno foram implementadas a partir de 2002 como, por exemplo: Avaliação de Cursos de Graduação pelos estudantes, identificação do perfil dos ingressantes dos cursos de Administração, do Instituto Superior de Educação, Fisioterapia dentre outros. Gradativamente, a Instituição elaborou propostas de Avaliação Institucional com a finalidade de atender às demandas internas.

Atualmente, o processo de Avaliação Institucional está adequado às determinações do SINAES e foi desenvolvido de acordo com as diretrizes e orientações do CONAES / MEC, incorporando-as e adaptando-as à realidade da UNIJORGE.

A Avaliação Institucional é, portanto, um processo que se materializa a partir da prática de ações sequenciadas, consequentes e evolutivas, da sua ampla divulgação e da participação de todas as instâncias envolvidas. Cabe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) o ato de planejar, programar e executar as ações que o constituirão, mas será do envolvimento de toda a comunidade acadêmica e do compromisso com os seus resultados que contribuirão para o crescimento e fortalecimento da Instituição.

Nessa perspectiva, os objetivos do programa são:

- conhecer as características organizativas e de funcionamento da Instituição;
- identificar e diagnosticar seus problemas;
- rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sociopolítico da Instituição;
- utilizar eficientemente, eticamente e de modo relevante, os recursos humanos e materiais da Instituição;
- prestar contas à sociedade da consonância de suas ações com as demandas científicas e sociais da atualidade;
- promover, pelo estudo consciente e planejado, uma adequação da Instituição às

exigências de um mercado cada vez mais consciente e crítico.

- sugerir propostas de mudança e orientar a tomada de decisões a fim de controlar e melhorar a qualidade da educação oferecida.

O Plano de Avaliação é formado por um elenco de propriedades que devem ser identificadas dentre as características do sistema de avaliação que se propõe assumir. São elas:

- Dialógica – acentuando o diálogo crítico entre os diversos atores, promovendo e valorizando a participação ativa de todos os envolvidos, respeitando-se a sua autonomia e as especificidades dos lugares que ocupam na Instituição;
- Válida – tendo sempre presente seus objetivos e realizando-se em razão de propósitos especificados de forma transparente;
- Precisa – pela seleção/construção de técnicas/instrumentos adequados que cubram todos os aspectos relevantes e pelos resultados fidedignos;
- criteriosa – tendo normas e critérios explícitos, que priorizem o mérito e a competência, respeitados por todos na sua aplicação e consistentes com procedimentos metodológicos definidos;
- Imparcial – por tratamentos equitativos;
- Consequente – com atuação responsável, respeitando decisões e recomendações resultantes do processo;
- Justa – garantindo o direito ao questionamento e à defesa;
- Integral – na medida em que considera as suas diferentes facetas;
- Exequível – sendo viável, de acordo com a realidade;
- Orientadora – com a comunicação dos resultados aos participantes envolvidos, conduzindo a uma reflexão que permita a ação e a busca de caminhos, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Essas características expressam os pontos principais para uma avaliação ética e participativa que

garanta credibilidade ao processo, em toda a sua extensão.

Por fim, é importante destacar que a avaliação institucional não será efetuada tomando-se como referência exclusiva padrões e critérios uniformes, aplicáveis indiferentemente a toda e qualquer instituição. Ao contrário, será construída à luz do seu Projeto Institucional, das prioridades e objetivos estabelecidos em termos da oferta de ensino, do desenvolvimento da pesquisa e das atividades de extensão.

## 6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de avaliação é a dimensão de maior complexidade do fazer pedagógico institucional. Corresponde à atividade que estabelece o diagnóstico da qualidade dos projetos dos cursos. Indica os pontos de segurança e fragilidade em relação à aprendizagem que se desdobra na construção do conhecimento, o que permite estabelecer estratégias para a continuidade da proposta acadêmica de cada curso, reforçando os conteúdos que estão em construção favorável à significação do conhecimento e retomando, com estratégias alternativas, as dimensões de conteúdos que se apresentam frágeis.

O binômio avaliação e conhecimento está intrincado na condução do Projeto Pedagógico da UNIJORGE. Essa relação, ao contrário de estabelecer uma relação passiva entre os sujeitos, remete a uma dinâmica crítica de responsabilidade institucional e, também, de compromisso individual, entrelaçando toda a comunidade acadêmica. Os estudantes da UNIJORGE, independentemente da sua modalidade de ensino, são compreendidos como sujeitos que constroem o seu conhecimento mediado por instrumentos e símbolos que participam, transformam e dinamizam o seu processo de aprendizagem.

Partindo dessa compreensão, a abordagem pedagógica da UNIJORGE reconhece a necessidade de promoção da contínua e progressiva autonomia do sujeito cognoscente que subsidia e define a ação educacional, bem como implementa as respectivas práticas previstas nos conteúdos curriculares.

No contexto da **Teoria da Aprendizagem Significativa** a concepção de avaliação assume o desafio de romper com o modelo tradicional de ensino, historicamente cristalizado na sala de aula presencial, que se restringe a momentos avaliativos específicos para realização de provas e



exercícios, para assumir uma postura de compreensão das potencialidades dessa modalidade de ensino, com seus recursos tecnológicos e possibilidades de implementação de diferentes estratégias avaliativas.

Assim, a concepção de avaliação para a UNIJORGE está pautada em dimensões quantitativas e qualitativas, redirecionando o seu foco para um contexto diagnóstico, somativo e formativo que tem como objetivo estabelecer um processo contínuo e dinâmico, não se restringindo a momentos estanques como provas e exercícios, sendo seu alvo maior a aprendizagem e a formação acadêmica, profissional e social dos estudantes.

A avaliação deixa de ser um momento final do processo de ensino-aprendizagem para transformar-se numa busca incessante de compreensão das dificuldades do estudante e numa dinamização de novas oportunidades de reconstrução coletiva do conhecimento do professor e discente. É parte integrante da metodologia a aplicação correta dos modelos de avaliação, respeitando-se o momento de cada estudante e seu contexto.

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados pelos cursos da UNIJORGE são diversificados e caracterizados pela necessidade de transformar formas convencionais e criar instrumentos eficazes para atender à concepção pedagógica vigente nos cursos.

Dessa forma, a concepção de avaliação de aprendizagem na UNIJORGE é considerada como um processo contínuo e processual que se inicia quando o estudante ainda é calouro e conclui-se com a colação de seu grau. Para atingir essa finalidade deverão ser privilegiadas as estratégias que estimulem o autodesenvolvimento dos estudantes, bem como a promoção da interação entre as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, de maneira a possibilitar a construção colaborativa do conhecimento.

A perspectiva da UNIJORGE é de que o processo de formação garanta o desenvolvimento de competências profissionais. Portanto, a avaliação destina-se à análise da aprendizagem do discente de modo a favorecer seu percurso, regular as ações de sua formação e certificar sua formação profissional.

Enfim, todo o esforço de aprendizagem que a UNIJORGE realiza é focado na busca de referenciais que subsidiem e dinamizem a construção de novas visões no universo da avaliação:

relações que envolvem o processo de ensinar-aprender-avaliar, ou seja, a aprendizagem significativa com base em problemas que aliam teoria e prática.

## 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso é exigido por Diretriz Curricular ou opcional para o curso como a avaliação sintetizadora do aproveitamento geral do curso.

Por sua amplitude sua elaboração deve ter início desde o ingresso do estudante na graduação, em diversas situações acadêmicas como:

- *ambiente de sala de aula*: o professor deve ter uma conduta didática que proponha problemas que mobilizam o estudante na direção de uma atitude de investigação, indagação, confronto de ideias, argumentação;
- *grupos de iniciação científica*: devem ser proporcionadas ao estudante oportunidades de ampliação do seu repertório de conhecimentos, por meio de leitura de publicações científicas, práticas de investigação, formulação de hipóteses, desenvolvimento de técnicas de entrevista;
- *seminários e debates*: o estudante experimentará a possibilidade de apresentar seu plano de argumentação em público, além de ter acesso a explanações de parceiros mais experientes;
- *atividades de extensão*: o estudante terá oportunidade de conhecer realidades sociais, regulando sua atuação como um possível agente de mudança no meio do seu trabalho;
- *grupos de estudo*: o estudante identificará parceiros com interesses afins na seleção dos temas a serem estudados, bem como bibliografia que atenda seus objetivos de aprendizagem.

A produção de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, integra as atividades de pesquisa e extensão previstas no projeto pedagógico do curso de Direito do Centro Universitário Jorge Amado

- UNIJORGE, e seu desenvolvimento é supervisionado pela Coordenação de Trabalho de Curso e pela Coordenação do Curso.

A matrícula na disciplina Trabalho de Curso I (TC I), oferecida no 8º semestre do curso, marca o início sistemático da elaboração do projeto do trabalho de curso (embora a disciplina de metodologia contribua sobremaneira para o programa), que tem por objetivos a apresentação, pelo aluno do projeto de pesquisa e de uma revisão bibliográfica inicial para execução da monografia ou artigo científico.

O professor de TC I, orientador responsável pela avaliação continuada das condições dos projetos produzidos pelos alunos matriculados na disciplina, avaliará o aluno considerando o atendimento dos objetivos da disciplina, incluindo a elaboração do projeto de pesquisa e revisão bibliográfica que permita o início da execução do projeto.

A continuidade das atividades de TCC ocorre no curso da disciplina Trabalho de Curso II, oferecida regularmente no 9.º semestre, com carga horária total de 80 horas/aula, e compreende a redação e conclusão do trabalho monográfico pelo aluno, sob a supervisão de um professor orientador, e sua defesa perante uma banca examinadora.

As orientações são feitas individualmente pelos professores-orientadores vinculados ao programa de trabalho de curso, de acordo com sua aderência às linhas de investigação definidas pelo Colegiado do Curso de Direito, seguindo um plano de atendimento semanal, nos horários publicados pela Coordenação do Curso no início do semestre. Conforme determinação regulamentar, o professor orientador poderá ter no máximo doze alunos orientandos por semestre.

O professor orientador será preferencialmente um professor com experiência em pesquisa, e, se possível, com titulação de Doutor.

O aluno deverá concluir o trabalho dentro do prazo designado pela Coordenação, depositando-o junto à Secretaria do Curso. O trabalho de curso, devidamente depositado dentro do prazo, deverá ser apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo professor-orientador e composta por, pelo menos, mais dois professores pelo professor orientador, no caso de monografia, e por mais um professor, no caso de artigo.

Para aprovação o aluno deve obter, na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora, nota igual ou superior à 7,0 (sete), não podendo obter nota zero de todos os avaliadores em nenhum dos três aspectos avaliados, texto escrito, apresentação e defesa na arguição pela banca examinadora. O aluno que não conseguir aprovação do trabalho no curso da disciplina TC II, oferecida regulamente no 9º semestre curricular, deverá matricular-se na disciplina, em regime de dependência, no semestre seguinte.

Com o desenvolvimento do TCC nos moldes acima apresentados, pretende-se incentivar ainda mais a cultura da pesquisa e produção acadêmica de forma continuada e contextualizada na realidade da comunidade docente e discente do Curso de Direito. O objetivo que se pretende alcançar em médio prazo, consiste em consolidar linhas de pesquisa no âmbito da iniciação científica e grupos de pesquisa que envolvam o alunado no decorrer do seu curso, de forma que, no momento do TC, este decorra de uma experiência com a iniciação científica ou grupo de estudo e que esteja vinculado a uma das suas linhas de pesquisa.

Em todos os aspectos tratados, as atividades de trabalho de curso buscam consolidar a integração de ensino, pesquisa e extensão visando estimular que os alunos participem de outras atividades que ampliem o seu embasamento teórico e prático. Conclui-se assim que o programa de TCC da UNIJORGE não é algo estático, localizado nos últimos semestre letivos, mas sim um processo de construção permanente ao longo do curso.

## **8. ESTÁGIO CURRICULAR**

Poucos princípios sobre a formação profissional têm sido tão consensuais como o da necessidade de romper com a divisão clássica expressa nos currículos compostos por disciplinas teóricas, no início, e práticas, no final, sendo que essas últimas estão invariavelmente articuladas com situações de estágio.

Nesse sentido, a UNIJORGE entende que o estágio supervisionado, mediante a utilização de diferentes recursos, é uma oportunidade de argumentar, confrontar, socializar as situações de práticas reais no ambiente da sala de aula, e, a partir dos saberes teóricos, interpretar, inferir, construir hipóteses sobre como resolver questões complexas ou incertas que emergem da realidade profissional onde o estudante irá atuar.

Em decorrência disso, para o estudante, a situação de estágio retrata um ambiente de certa familiaridade, apesar de que ainda assim enfrentará novos e grandes desafios. Para que essa experiência gere um excelente contexto de aprendizagem ela deve exigir que os estudantes resolvam problemas de diferentes naturezas com um bom nível de autonomia, possam discutir, levantar hipóteses, argumentar, tomar decisões, rever concepções anteriores e, fundamentalmente, ter como ponto de referência nesse processo, as competências que se encontram subjacentes à prática dos bons profissionais.

Existem mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento do estágio supervisionado. As atividades de prática jurídica se iniciam com um planejamento feito pelos professores orientadores e apresentado a Coordenação do NPJ sob forma de plano de trabalho para discussão e aprovação, observando as diretrizes traçadas no projeto pedagógico, ementas, bem como as normas governamentais.

A presença dos estudantes é controlada por meio de registro de frequência feito pelos professores. O atendimento ao público feito no âmbito interno do NPJ é acompanhado de modo pessoal e individualizado pelo Professor – que dá parecer nas fichas de atendimento, onde são consignadas as entrevistas dos assistidos feitas pelos alunos. Nos casos em que as tarefas planejadas ensejam atividades fora do espaço físico do NPJ, conjugando extensão e prática jurídica, são elaborados registros das atividades. Há, também, neste caso, um professor-orientador responsável pelo grupo de alunos envolvido.

As visitas técnicas são acompanhadas por Professores do Núcleo, podendo ser realizada a atividade com outros docentes do curso. Em regra a visita técnica não fica limitada aos alunos das disciplinas de Estágio Supervisionado. Alunos matriculados no curso de Direito, mediante possibilidade poderão acompanhar a atividade. Neste caso os estudantes podem creditar sua carga horária como atividade complementar, mediante entrega de relatório de visita.

Todas as atividades realizadas pelos alunos em estágio supervisionado, tanto interna quanto externamente, são consignadas em relatórios mensais, entregues aos professores orientadores que, por sua vez, além de acompanhar diariamente o resultado individual dos discentes, no exercício da orientação, registram sua avaliação sobre o desempenho do estudante.

As aulas que envolvem atividades de estágio supervisionado são acompanhadas, em regra, por

dois professores para cada turma a fim de dividir as tarefas de orientação ao atendimento e à elaboração de peças processuais, entre outras, mantendo a proporcionalidade entre professor-orientador e alunos-orientandos. Os mecanismos de acompanhamento são o diário do professor, os registros de atividades, a análise individual das entrevistas e peças, a avaliação feita sobre a simulação de um ato ou a redação de uma peça processual, consignada na forma de nota individual de 0 a 10.

## 9. INSTALAÇÕES FÍSICAS (LABORATÓRIOS)

Atualmente, o Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), é multi *campi* na Cidade do Salvador, Estado da Bahia. O *campus* principal está localizado na Avenida Paralela e ocupa uma área total de 38.271,19m<sup>2</sup> com amplas instalações, acesso privilegiado, estacionamentos com uma área de 13.500m<sup>2</sup>, com dois prédios modernos e equipamentos de última geração. O segundo *campus* está localizado no bairro do Comércio, com quatro prédios também modernos. O Curso de Direito da UNIJORGE funciona no campus da Paralela.

A UNIJORGE oferece ótimas instalações para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas. Todas as salas estão de acordo com os padrões técnicos de isolamento acústico, climatização e iluminação. Além disso, são devidamente equipadas para atender às demandas de cada atividade ali desenvolvida.

A estrutura física do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) compreende uma série de espaços com equipamentos adequados à realização da boa prática jurídica, além do suporte de secretaria própria, que integra a Coordenação do Curso de Direito. Desse modo, passa-se a destacar os espaços existentes de forma pontual:

**Salas para atividades simuladas e atendimento aos usuários.** Há espaços destinados a atendimento aos usuários com guichês munidos de computadores ligados em rede, além de salas para as sessões de negociação, mediação e conciliação. Para o exercício de simulação há uma sala de Júri Simulado, ampla, equipada com cadeiras, mesa para audiência, computador, retroprojetor, púlpito e sala interna secreta.

**Sala dos professores-orientadores.** A sala dos professores-orientadores está equipada com mesa, fichário, computador, mesa redonda para reunião, adequando-se bem às suas

necessidades.

**Espaços de atendimento e acompanhamento de alunos.** Os alunos são atendidos na sala dos professores, nos guichês de atendimento, quando não há assistidos ou nas várias salas disponíveis no NPJ.

### **Equipamentos**

O NPJ conta com uma série de equipamentos voltados a operacionalização da boa prática jurídica. Assim, é possível destacar:

**Computadores disponíveis aos alunos, com acesso à Internet.** Os alunos dispõem de computadores em quantidade suficiente, ligados em rede e acessados à Internet.

**Acervo mínimo de legislação, considerando códigos e regulamentos necessários ao atendimento da clientela.** O NPJ conta com um acervo mínimo de códigos, legislação e livros para pesquisa de leis, doutrina e jurisprudência.

---